

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Número Especial

*Actas do II Colóquio
sobre a Investigação e o
Ensino da Antropologia
em Portugal*

Vol. 7
1989

MUSEU E LABORATÓRIO ANTROPOLÓGICO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina

Rui Pereira *

A ocupação científica do ultramar representa para um país colonial uma obrigação. Representa por outro lado uma conveniência, que é a de firmar títulos de soberania. Os títulos de soberania no século passado assentaram na ocupação efectiva, nos tratados, nas convenções, nas sentenças arbitrais. Hoje os nossos títulos de soberania têm que ser reforçados pela ocupação científica.

Marcelo Caetano, 1950 (1)

1. Da conveniência de uma convivência

Se bem que possa ser entendido como o fenómeno social de mais longa duração na História contemporânea da Humanidade, o colonialismo nem sempre tem implicado, pelo menos no campo mais restrito das ciências sociais que engloba a antropologia e a sociologia, tratamento analítico conforme à sua importância. Se exceptuarmos os contributos decisivos da escola sociológica francesa de Georges Balandier, afirmados nos distantes anos da primeira metade da década de 50, bem poderemos dizer que a investigação antropológica sobre o colonialismo (nas suas implicações integrais) tem sido praticamente inexistente. Consequentemente, a melhor definição de situação colonial continua sendo a aventada por Balandier em 1955 (2), afirmada por via dos seguintes operadores:

... a dominação imposta por uma minoria estrangeira, racial e culturalmente diferente, apelando a uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmáticamente afirmadas, sobre uma maioria autóctone materialmente inferior; o confrontar de civilizações heterogéneas: uma civilização industrializada, com uma economia poderosa, com um ritmo rápido e de origem cristã impondo-se a civilizações sem técnicas complexas, de economia retardada, com um ritmo lento e radicalmente não-cristãs; o antagonismo nas relações estabelecidas

* FCSH. Universidade Nova de Lisboa

Colaborador do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical

entre as duas sociedades que se justifica pela instrumentação a que é condenada a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, em recorrer não apenas à força mas também a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados...

Mais do que pelos limites da sua definição, a noção de situação colonial vale pelas suas implicações, isto é, a possibilidade de considerar o colonialismo como uma totalidade e não um conjunto de processos independentes, resultantes de experiências sociais únicas e exclusivas. A disciplina histórica não foi, contudo, menos culpada nessa *conspiração do silêncio*. A verdadeira história colonial, em tudo diferente de uma história da expansão - quando deixou de considerar os colonizados como objectos passivos e submissos do contacto - estava apenas apta a fornecer descrições exteriores da evolução das sociedades africanas, exteriores no sentido de que elas eram referenciadas em atenção aos projectos e representações pertinentemente relevantes do ponto de vista Ocidental. De igual modo, a antropologia (mais propaladamente conivente), em resultado das suas preocupações muito pouco historicistas, acabou por encerrar as sociedades colonizadas numa especificidade **não situada**. O que existe de verdadeiramente paradoxal nessa tomada de posição é que a antropologia, nas suas mais variadas assunções, forneceu um contributo decisivo ao desenvolvimento de um certo "*colonialismo científico*", isto é, de uma forma ou doutra, esteve implicada num processo social de que, comumente, afirmava desconhecer os componentes.

Dessa forma, o "*ahistoricismo*" das duas principais correntes do pensamento antropológico do nosso século, que marcou o desenvolvimento de toda a antropologia moderna e permitiu, em grande parte, afirmar a autonomia dessa disciplina face às restantes ciências sociais, originou uma ruptura decisiva entre os discursos da história e da antropologia. Do ponto de vista desta última - e estamos-nos referindo exclusivamente à célebre dicotomia straussiana, sociedades quentes/sociedades frias - tudo se passaria como se as formações sociais estivessem investidas da capacidade de opção entre uma história cumulativa, que acarretaria alguns efeitos perniciosos, e um estado de equilíbrio, como que uma história repetitiva, harmoniosa e equilibrada, sem que, em nenhum dos casos, fossem considerados os mecanismos pelos quais algumas sociedades são constrangidas a transitar de um estado para o outro. Tal questão seria deixada à consideração das ciências históricas, já que a antropologia ao tomar em consideração apenas as sociedades que ignoravam a História, condenou-se a uma redução do seu objecto de estudo e a uma imposição de partilha:

Mas partilha à medida das ambições dessa ciência, sujeitas a desaparecerem definitivamente. Em boa verdade, foi essa precariedade que ela assumiu. Deixando aos historiadores o estudo da longa duração, ela constituiu os arquivos de um mundo incerto do seu futuro e sem memória do seu passado, onde apenas a palavra humana faz fé (3).

Esta última alusão refere-se explicitamente aos esforços estruturalistas na descodificação da mitologia veiculada pela tradição oral das sociedades tidas como frias. O reconhecido bom sucesso desse propósito parece ter implicado, em contrapartida, que à força de serem projectadas para um passado mera e duplamente simbólico, as sociedades que assim se submetiam à análise estruturalista, eram artificialmente cristalizadas, isoladas de qualquer dinâmica social endógena e/ou exógena. Realçando o contributo positivo, mesmo humanista, proporcionado pelo desenvolvimento do pensamento antropológico, a antropologia estruturalista secundarizava o quadro social e político que facultou esse desenvolvimento (4):

Aquilo a que chamamos o Renascimento foi um verdadeiro nascimento para o colonialismo e para a antropologia. Entre os dois, confrontando-se mutuamente desde a altura da sua origem comum, um diálogo equívoco tem sido mantido ao longo de quatro séculos. Se o colonialismo não tivesse existido, o desenvolvimento da antropologia teria sido pelo menos retardado; mas, talvez, também a antropologia não tivesse sido levada, como se tornou o seu objectivo, a questionar o Homem integralmente em cada um dos seus exemplos particulares. A nossa ciência atingiu a maturidade no dia em que o homem ocidental se apercebeu que nunca poderia compreender-se a si próprio enquanto existisse uma única raça ou povo à superfície da Terra que ela tratasse como um objecto. Só então pôde a antropologia assumir-se como aquilo que é: um empreendimento de reassunção e remissão do Renascimento, de molde a difundir o humanismo a toda a humanidade.

Paradoxalmente, o próprio funcionalismo malinowskiano, não ignorando o quadro de dominação em que se afirmou a sua prática (5), julgava acreditar que a antropologia poderia desempenhar um idêntico papel, algo filantrópico, junto das populações dominadas; tudo se passaria como se a situação colonial estivesse eivada de uma certa inevitabilidade e o antropólogo apenas condenado a tentar torná-la num mal menor, concorrendo, com as autoridades coloniais, para o bem-estar das populações submetidas. Ao assumir o colonialismo como uma mera situação de contacto cultural, a antropologia social britânica condenava-se a nada mais estudar que não fosse o ajustamento mecânico das culturas confrontadas pelo processo de dominação colonial. Acedendo que esse ajustamento mecânico produziria mudança social, o funcionalismo malinowskiano não estava, contudo, predisposto a aceitar a natureza exógena dessa mudança, a sua dimensão de violência e exploração.

O desfecho da guerra de 39-45 e o conseqüente despontar dos movimentos nacionalistas nos territórios coloniais, conduziram a uma reavaliação do discurso antropológico em situação colonial. Doravante, o colonialismo não mais poderia ser entendido nos termos de administração de uma realidade empírica, fechada sobre si mesma. O funcionalismo pós-malinowskiano, de parceria com o culturalismo americano (entre outros, Herskovits e Harris), parecem ter, então, descoberto um componente essencial: a domi-

nação. O contacto, a aculturação, deixaram de ser entendidas como relações simétricas (*give and take*), para passarem a incorporar práticas dominantes e práticas dominadas.

Até meados da década de 50, a antropologia social e cultural esteve praticamente ausente dos territórios coloniais portugueses (6) e, se não tomarmos em consideração os incontáveis testemunhos dos agentes da colonização e missionação - "*na maioria dos casos de valor analítico medíocre, mas sempre com interesse informativo, quer sobre o colonizado, quer sobre a ideologia do colonizador*" (7) - a política colonial portuguesa ignorou as potencialidades de uma antropologia aplicada (8). A criação do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, em 18 de Maio de 1954 (Portaria nº 14886), sob o patrocínio da Junta de Investigações do Ultramar e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, bem como, já em 1957, o surgimento da *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, na dependência do Centro de Estudos Políticos e Sociais, supririam, de certa forma, essa lacuna.

2. A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina

2.1. Enquadramento Institucional

A escola do Porto - com Mendes Corrêa, António de Almeida e Santos Júnior - marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a metade do século, quer essa antropologia se referisse ao perímetro continental, quer ela se reportasse aos territórios coloniais. António Augusto Mendes Corrêa (1888-1960), médico, doutorou-se em Antropologia Física em 1921, o que em muito explica o sentido antropobiologista da escola que tão condignamente dirigiu até aos finais da década de 50.

No que respeita ao terreiro colonial, as primeiras acções de vulto ocorreram a partir de 1935 quando o então Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, determinou o envio de missões antropológicas aos domínios coloniais (decreto-lei nº 34478 de 3 de Abril de 1935) com o objectivo de proceder ao "*conhecimento dos grupos étnicos de cada um dos nossos domínios ultramarinos, ou seja, a elaboração das respectivas cartas etnológicas*" (9). No seguimento dessa determinação ministerial, missões antropológicas foram enviadas à Guiné, a Angola, a Timor, a S. Tomé e Príncipe e a Moçambique. O provimento de investigadores para essas missões, por detrás das quais se perfilava a figura tutelar de Mendes Corrêa, processar-se-ia, sobretudo, por via da Faculdade de Ciências do Porto, de onde porveio, por exemplo, Santos Júnior que, no terreno, dirigiu as seis campanhas (1936, 1937, 1945, 1946, 1948, 1955) da Missão Antropológica de Moçambique, sem dúvida a mais esforçada e bem sucedida de todas as missões antropológicas então realizadas (10). Quando em 1945 é criado o *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* (11), a sua direcção foi entregue, naturalmente, a Mendes Corrêa que dirigia, igualmente, o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, onde se abrigava a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, que aquele ilustre cientista fundara em

1918. O C.E.E.P. estava, todavia, provido de uma dimensão entretanto ausente dos objetivos e da prática tradicionais da antropologia que animava a escola do Porto: a etnologia. Para a fazer cumprir, em 1947, Mendes Corrêa convidou para organizar a secção de Etnografia do C.E.E.P. um tal António Jorge Dias. Licenciado em filologia germânica pela Universidade de Coimbra, Jorge Dias tinha assegurado o leitorado de Português nas universidades de Rostock, Munique, Berlim, Santiago de Compostela e Madrid, entre os anos de 1938 e 1947. Da sua passagem pelas universidades alemãs, colheu e desenvolveu um contacto aprofundado com as disciplinas antropológicas e etnológicas de que resultou, em Março de 1944, o seu doutoramento pela Universidade de Munique, na área de Filosofia, em que se abrigava a *Volkskunde*, disciplina em que se enquadrava o tema da sua tese (12).

Ao aceitar a direcção da secção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Jorge Dias exporia ao Prof. Mendes Corrêa um plano integrado de acção do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular que constaria de:

1. Levantamento etnográfico e etno-sociológico geral do País através de trabalhos de campo intensivos; 2. organização do material recolhido nas pesquisas de campo, em ficheiros e arquivos; 3. recolha ampla de toda a bibliografia sobre Etnografia portuguesa; 4. publicação de pequenas monografias de análise dos materiais recolhidos; 5. realização de estudos mais amplos, de interpretação, quer por temas, quer por regiões; 6. introdução do factor geográfico no estudo da Etnografia, quer pela análise e distribuição cartográfica dos temas, quer pela consideração da cultura local situada em áreas culturais mais amplas; 7. preparação de estudos teóricos, de conceituação e de metodologia (13).

Por essa altura Jorge Dias começa a congregar em seu torno um conjunto de colaboradores, por ele conduzidos ao interesse pela Etnologia, entre os quais é justo salientar Margot Dias (admitida no C.E.E.P. em 1947), Fernando Galhano (1948), Ernesto Veiga de Oliveira (1953) e Benjamim Enes Pereira (1959). Actuando no âmbito institucional do *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, a "equipa de Jorge Dias", como viria a ser conhecida no quadro das ciências sociais portuguesas, desenvolveria um esforçado e exaustivo trabalho de levantamento e investigação no domínio da Etnografia e da Etnologia portuguesas, actuando num campo bem diferente daquele que a *escola do Porto* tinha, nas décadas anteriores, reivindicado como antropológico. Na verdade, Jorge Dias, que por Antropologia entendia a Antropologia Cultural, ou Etnologia, parece nunca ter aceite a qualificação aposta nas designações do Instituto e da Sociedade que Mendes Corrêa dirigia, onde, em sua opinião, convinha vincar, até pela sua prática, a sua característica de Antropologia Física.

Em 1949, porventura em reconhecimento a essa necessidade de esclarecimento dos campos de intervenção, os sectores do centro são transformados em Secções dotadas de alguma autonomia: Pré-História, sob a direcção de Mendes Corrêa; Antropo-

logia Física e Biologia Humana, dirigida por Alfredo de Athayde; e Etnografia, dirigida por Jorge Dias.

De 1949 a 1959 a dinâmica imposta por Jorge Dias no âmbito do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular é responsável pela renovação da etnografia e pelo catapultar da Etnologia como uma disciplina estritamente científica, dotada de uma metodologia e de uma prática próprias.

É o período em que o Centro adquire a sua plena maturidade, em que se opera verdadeiramente a renovação dos estudos etnográficos em Portugal, em que se estabelecem sólidas relações científicas com organismos congêneres de todo o mundo, e em que se vai afirmando internacionalmente de modo cada vez mais iniludível o valor pessoal de Jorge Dias e da obra que vinha a realizar no Centro, reconhecido pelas mais expressivas referências por parte dos maiores etnólogos dos vários países (14).

O desenvolvimento e autonomização progressivas da secção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular resultou numa decisiva renovação dos estudos etnológicos em Portugal, que, como acentua Veiga de Oliveira, após o desaparecimento da brilhante geração de Leite de Vasconcelos (com Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e Rocha Peixoto, entre outros) "estavam unicamente a cargo de amadores, e, embora por vezes de muito boa qualidade, eram totalmente falhos de unidade e sistematização" (15). Obviamente, o relançamento dos estudos etnográficos e etnológicos em Portugal conduziu, a breve trecho, à sua inclusão nos programas universitários.

Em 1952 Jorge Dias é convidado a reger a cadeira semestral de Etnologia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cadeira que até aí funcionara como "*mistura de raciologia com arqueologia*" (16). Manter-se-ia em Coimbra até 1956, ano em que é chamado a leccionar em Lisboa, na Faculdade de Letras e no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Na Faculdade de Letras de Lisboa assumiria a regência da cadeira de Etnologia e, após a reforma dos currículos daquela faculdade, passaria a assegurar a regência das cadeiras de Etnologia Geral, em 1957, e, no ano seguinte, a de Etnologia Regional (17). No Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (18), por indicação do Prof. Adriano Moreira, Jorge Dias leccionaria, de 1956 a 1962, as cadeiras de Antropologia Cultural e Instituições Nativas e, após 1962, Antropologia Cultural e Instituições Regionais.

Tal como acontecera no *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, a entrada de Jorge Dias para o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos revelar-se-ia decisiva para o arranque de uma *etnologia ultramarina*, não só no âmbito restrito da sua actividade lectiva naquele Instituto, mas, igualmente na Junta de Investigações do Ultramar, com a qual Jorge Dias e Margot Dias passariam a colaborar regularmente, em resposta a um convite que lhes tinha sido endereçado por Adriano Moreira. Dessa sua participação nas actividades da Junta de Investigações do Ultramar, resultariam, no dizer

de Veiga de Oliveira (19), uma "viragem radical" e o surgimento de "uma mentalidade nova, aberta e esclarecida, na maneira de encarar os problemas humanos no Ultramar".

2.2. A ocupação científica do ultramar português

Em 1954, como já referido, tinha sido criado, também no quadro da Junta de Investigações do Ultramar, o Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar. Se bem que possa ser entendido como uma primeira tentativa em aceder a um conhecimento não exclusivamente somático das populações colonizadas, a prática de investigação daquele centro, como manifestamente comprovado na listagem das suas publicações, raras vezes se afastou do âmbito da antropologia física. A justificação dessa orientação está relacionada com o facto de a maioria dos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar provirem da *escola do Porto* (20).

A renovação da *etnologia ultramarina*, tal como acontecera, a partir de 1947, com a etnografia e etnologia portuguesas, muito ficaria a dever à acção de Jorge Dias. Todavia, contrariamente ao ocorrido no Porto, com o *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Jorge Dias nunca viria a colaborar nas actividades do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (21), ainda que, desde a sua chegada a Lisboa, em 1956, passasse a ser um colaborador regular das actividades da Junta, mormente aquelas que viam a ser desenvolvidas pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais.

O *Centro de Estudos Políticos e Sociais*, fundado na Junta de *Investigações do Ultramar* pela Portaria no. 15737, tinha a dirigi-lo um cientista devidamente esclarecido, quer sobre o sentido do concerto da política internacional quanto à questão colonial, quer sobre a importância - e urgência - dos estudos etno-sociológicos das populações do "ultramar português". No mesmo ano em que o convidara a leccionar no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, Adriano Moreira encarrega Jorge Dias de uma viagem prospectiva a Angola, Moçambique e Guiné de que resultará, em 1957, a constituição oficial - sempre no quadro do *Centro de Estudos Políticos e Sociais* - da *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português* (22). Chefiada por Jorge Dias, a Missão contava ainda com o concurso da "1a. assistente" Margot Dias e do "adjunto" Manuel Viegas Guerreiro, realizando entre 1957 e 1961 campanhas de investigação entre os Macondes do Norte de Moçambique, e também entre os Chopes do Sul de Moçambique, os Bochímanes de Angola, etc., campanhas essas de que resultou, entre outras, a publicação da cíclica monografia *Os Macondes de Moçambique* (23), em quatro volumes.

Com a publicação desta obra cumpriram-se os objectivos científicos da Missão, mas, a par destes, outros tinham sido previamente delineados: deveria Jorge Dias proceder a um levantamento da situação política e social, não só no Planalto Maconde, mas também do outro lado da Royuma... A essa específica tarefa deverão ser apenas as apreciações de Jorge Dias sobre a União Sul-Africana, onde permaneceu enquanto professor con-

vidado da Universidade de Witwatersrand, e, no seu conjunto, tais incumbências constituem aquilo a que convencionámos chamar de objectivos político-sociais da MEMEUP (24).

Após cada campanha, Jorge Dias, na qualidade de "chefe de Missão, redigia um relatório anual que remetia à direcção do *Centro de Estudos Políticos e Sociais* e, em última instância, ao Ministério do Ultramar. A pertinência desse conjunto de *Relatórios* (25) reside no facto de que, pela sua objectividade, permitem esclarecer quais as motivações da "súbita vocação" africanista de Jorge Dias a partir de meados da década de 50 e, ainda - e em complemento às indicações fornecidas no prefácio e no capítulo introdutório do volume Iº de *Os Macondes de Moçambique* - conhecer, em toda a sua extensão, as condições políticas e sociais que rodearam o desenvolvimento do trabalho de campo conducente à redacção da monografia sobre o povo Maconde. Ademais, ao descreverem as circunstâncias políticas que envolveram o trabalho da equipa de Jorge Dias no terreno colonial, os textos dos *Relatórios das Campanhas* evocam, de uma forma bastante objectiva, as características dominantes da política e prática coloniais portuguesas, assumindo a situação colonial em quase todas as suas vertentes e compartilhando, dessa forma, de uma qualidade valiosa, seguramente ímpar em toda a produção científica do período colonial do Estado Novo. No outro extremo da produção "ultramarina" de Jorge Dias deveremos colocar *Os Macondes de Moçambique*, em que a situação colonial - e os seus principais componentes, i. e., dominação, exploração - é, em boa verdade, ignorada. De permeio, um muito importante conjunto de pequenos textos, abrigados à sombra tutelar de *Os Macondes de Moçambique* - se bem que, alguns deles, com data anterior ao ano de publicação do 1º volume (1964) - pelos quais o autor veiculou uma posição "oficiosa" sobre o problema colonial, a saber: *A Expansão Ultramarina Portuguesa à luz da Moderna Antropologia* (26), *Contactos de Cultura* (27), *Convívio entre Pretos e Brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas* (28), *Conflitos de Cultura* (29), *Estruturas Sócio-Económicas em Moçambique* (30), *Contribuição para o Estudo da Questão Racial e da Miscigenação* (31), *Mudança de Cultura entre os Macondes de Moçambique* (32) e *Migrações dos Povos e seus Reflexos Culturais* (33).

2.3. Contacto, Mudança, Conflito

Pela sua natureza reservada, os textos dos *Relatórios das Campanhas* permitiram a Jorge Dias o levantamento de questões eminentemente pertinentes em relação às quais fornece respostas inteiramente justas. Distinguem-se, portanto, da série de textos acima discriminados, em que Jorge Dias fornece um modelo explicativo correctamente fundamentado para um conjunto de questões algo irrelevantes, se se atender à natureza dos propósitos previamente enunciados.

Devido à sua formação e contactos, Jorge Dias sempre demonstrou uma certa deferência (34) para com a escola histórico-cultural de Viena, que, entre as décadas

de 20 e 30, desenvolveu a célebre teoria dos ciclos culturais (*Kulturkreise*). Richard Thurnwald, que fora seu mestre em Berlim, parece ter sido o autor da escola etno-sociológica alemã que mais influenciou a obra de Jorge Dias. Todavia, Jorge Dias não deixou de reparar que os esquemas teóricos dessa escola "*enfermavam dum excessivo esquematismo, que foi corrigido mais tarde pela escola funcionalista*" (35). Posteriormente, sobretudo com o desenvolvimento do trabalho de campo entre os Macondes, irá perfilhar preferentemente as ideias funcionalistas. No prefácio ao volume I^o de *Os Macondes de Moçambique*, Jorge Dias presta rendida e constante homenagem à metodologia funcionalista, citando amiúde Evans-Pritchard (36). Mas a monografia sobre o povo Maconde, como outros estudos de comunidade desenvolvidos por Jorge Dias - Vilarinho das Furnas e Rio de Onor - não constituiu, na obra deste autor, o domínio privilegiado para o exercício da análise funcionalista, pelo menos aquela que radica em Evans-Pritchard e que, contrariamente ao funcionalismo malinowskiano, nunca fechou os olhos à contradição e à mudança. Nos estudos monográficos Jorge Dias apresenta as culturas, quer se trate de uma etnia, de uma aldeia ou de uma comunidade, como unas na sua coerência interior, sem a intervenção de componentes exteriores e em que a mudança, se sumariamente descrita, não é considerada em si mesma. Em *Os Macondes de Moçambique*, apresentado como uma "*monografia clássica*", Jorge Dias não deixa, contudo, de chamar a atenção para a existência de problemas resultantes de "*contactos de culturas*", que o autor prometia abordar em outros trabalhos.

Daí resulta que a monografia apresenta um carácter de certo modo tradicional, omitindo os aspectos mais flagrantemente do dinamismo cultural resultante dos actuais contactos humanos. É, porém, nossa intenção tratar esse assunto à parte, aproveitando muitos materiais inéditos que colhemos no Tanganhica e em Moçambique, além do que já foi exposto nos referidos Relatórios (37).

De facto, assim viria a acontecer: acompanhando a redacção dos sucessivos volumes de *Os Macondes de Moçambique*, Jorge Dias foi expondo, em pequenas comunicações ou artigos, os "aspectos mais flagrantemente do dinamismo cultural", sobretudo aqueles que resultavam da sua observação directa - e participante - no Planalto, e que, necessariamente, radicavam nas características dominantes da política e da prática coloniais portuguesas.

O expediente utilizado por Jorge Dias nesses textos de análise sócio-económica não foi muito diferente daquele de que deitaram mão os académicos ingleses no pós-guerra, i.e., *travestindo* a situação colonial com os epítetos do contacto, da mudança e do conflito, factores tidos como social e culturalmente endógenos, ou, quando muito, como radicalmente exógenos, ignorando, desse modo, o "*mediador*" colonial.

2.3.1. Os Vectores de Expansão

A justificação da "expansão ultramarina portuguesa", i. e., da sua empresa colonial, está presente em quase todos esses textos e os argumentos evocados por Jorge Dias são de natureza variável. Em "*Convívio entre Pretos e Brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*" (1960), Jorge Dias apresenta a "expressão ultramarina" como se fosse o resultado de uma evolução natural:

Nós fomos os continuadores de um movimento de relação e de fusão que caracteriza a expansão da humanidade a partir do Neolítico (38).

Esta tomada de posição, algo evolucionista, perpassa por todo o conjunto de textos a que nos temos vindo a referir, quer se trate de "*A expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia*" (1957) ou de "*Migrações dos Povos e seus Reflexos Culturais*" (1972). Todavia, entre esses dois marcos da obra "ultramarina" de Jorge Dias, a constelação de variáveis foi-se ajustando a novas hipóteses de correlação. Se em 1957 a "expansão ultramarina" ainda era correlacionada com a clássica evocação da missionação, da "expansão da Fé" (39), em 1960, com "*Convívio entre Pretos e Brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*" foi adiantado um modelo explicativo que possibilitaria ver na evolução histórica nacional uma admirável continuidade, iniciada no movimento da Reconquista e, após o término desta, nas formas de integração social e cultural das populações berberes e judias que permaneceram no Centro e Sul do país.

Os reis de Portugal começaram a chamar-se reis de Portugal e dos Algarves, designação que revela bem o contraste cultural que devia então existir entre as populações do norte e as do sul. O convívio que daí resultou com os mouros que ficaram integrados no território nacional, assim como com numerosos judeus, principais intermediários entre a cultura árabe e a portuguesa, contribuiu desde o início para uma certa compreensão e tolerância de formas de vida diferentes das nossas de então (40).

Tal movimento acentuar-se-ia após a conquista de Ceuta em 1415, que o autor apresenta como um imperativo da geografia política (41):

Enquanto que a maior parte das nações europeias se formou pela conquista de territórios e povos vizinhos, a nossa teve de se formar caminhando de norte para sul, numa estreita faixa de terra, apertada entre o mar e Castela, o que necessariamente conduzia a transpor a estreita barreira marítima e a passar para o continente vizinho.

O modelo explicativo conclui-se apresentando a "expansão ultramarina portuguesa" como um componente fundamental da identidade nacional, uma vez que acompanhou a formação da própria nacionalidade, já que "*Portugal foi-se precisamente constituindo como nação, através desses contactos*" (42).

Finalmente, em 1972, com a publicação de "Migrações dos Povos e seus Reflexos Culturais", Jorge Dias introduziu um novo componente na justificação e explicação da presença portuguesa em África. Expansão e colonização foram então travestidas de emigração.

É com expansão portuguesa, a partir do séc. XV, que se abre a última fase das grandes migrações humanas (43).

Numa época que já não se compadecia com missões transcendentais (expansão da Fé) ou com direitos históricos e imperativos geo-políticos de justificação pouco sólida, a emigração constituiu-se como o derradeiro vector pelo qual poderiam correr as justificações e pretensões de um modelo político que se desmoronava.

2.3.2. Os Factores de Mudança

Em *Contactos de Cultura* (1958) Jorge Dias apresenta os fenómenos de encontro de culturas como indispensáveis à "*evolução cultural*" (44). Por essa altura, em 1958, o autor ainda não se tinha apercebido da extensão da situação de instabilidade social e política vivida no terreno colonial português, pois tinha acabado de concluir, numa breve "*missão do cacimbo*", a sua primeira campanha no Planalto. Podia, então, acrescentar que:

... os contactos são psicologicamente estimulantes, porque dos choques de diferentes padrões de cultura e de diferentes concepções de vida resulta como que um despertar da letargia própria do isolamento (45).

Mas as subsequentes campanhas no âmbito da M.E.M.E.U.P. habilitar-nos iam de uma visão radicalmente diferente. Como expresso em "*Conflitos de Cultura*" (1961), o contacto, enquanto período transitório, remeteria os indivíduos para uma "*inquietação psíquica*", capaz de conduzir a "*descargas emocionais mais ou menos violentas*" (46). Consequentemente, em 1961, Jorge Dias poderia, concluídas as campanhas da M.E.M.E.U.P., veicular posições algo diferentes das anteriormente subscritas, até porque, acentuada a instabilidade no Norte de Moçambique, haveria que deitar mão de novos conceitos operatórios. Na esteira do conceito de conflito, surge, então, a noção de mudança.

O sentido dessa mudança seria, no modelo de análise concebido por Jorge Dias, inequívoco e inevitável: uma vez que, como defendido pelo autor em "*Estruturas*

Socio- Económicas em Moçambique", as sociedades africanas pré-coloniais - significativamente descritas como se se encontrassem num estado de grande atraso cultural (47) - estariam presas a uma "precária economia de subsistência" (48), agravada por um permanente estado de carnificina inter-étnica, a resposta ao contacto outra não poderia ser, mesmo que à custa de uns quantos transitórios conflitos, senão a integração progressiva na economia europeia. Tal integração seria acompanhada por uma acentuada mudança social e cultural que, naturalmente, se constituíra como objecto privilegiado de análise do antropólogo.

Os factores da mudança - quer Jorge Dias se refira à sociedade Tsonga, no Sul de Moçambique, ou ao contexto Maconde, que constituiu objecto privilegiado da sua análise - não poderiam ser imputados à acção directa do colonialismo português. No caso Tsonga, a mudança encontrar-se-ia correlacionada com o apelo das minas sul- africanas, responsável pelo incremento da migração laboral a partir do último quartel do século passado. A monetarização crescente da economia Tsonga acabaria por subverter a trama social tradicional, num encadeamento que o Jorge Dias apresenta como se segue:

Os homens habituam-se a emigrar para o Rand, onde trabalham nas minas ou na indústria... O dinheiro começou a circular entre eles e o gado deixou de ser indispensável para pagar o lobolo. O carácter mítico do gado perdeu-se com a força coesiva que ligava todos os membros masculinos da família extensa (49).

Entre os Macondes, o apelo do comércio internacional acabaria por desencadear um processo algo semelhante:

No século XIX surge o interesse pela borracha nos mercados internacionais, e os Macondes extraem látex de certas trepadeiras (Landolphia sp.) e vão vender grandes bolas de borracha aos comerciantes do litoral. Em troca obtêm espingardas, pólvora, tecidos e ferro. Com os panos conseguem prestígio perante as mulheres, que os cobiçam. Os casamentos entre primos cruzados em regime avunculocal, sem compensação, subsistem, assim como os casamentos matrilocais, mas quando o homem procura arranjar novas mulheres, segundo a tradição poligínica, os casamentos seguintes começam a obedecer ao regime patrilocal, recebendo a família da noiva uma espingarda como compensação nupcial (50).

Mas o mercado da borracha não respondeu, ainda, a uma monetarização da economia tradicional Maconde, uma vez que as transações se efectuavam no mero plano da troca. Os seus efeitos foram parcelares, se comparados com aqueles que se desencadeariam após o desenvolvimento da migração laboral Maconde para as plantações de algodão e sisal no Sul do Tanganhica, a partir da década de 20.

O Maconde conhece então, pela primeira vez, o valor do dinheiro. Até 1915, pelo menos, o dinheiro não tinha para eles grande significado. Mas daqui por diante o dinheiro começa a ser elemento muito importante na sua sociedade, contribuindo para a transformação de muitos traços da sua cultura,... O dinheiro torna-se uma arma de dois gumes. Por um lado permite a aquisição de muitos artigos úteis, como bicicletas, ferramentas e objectos de comodidade; por outro lado torna-se um elemento de corrupção. O lobolo pago à família da noiva nos casamentos virilocais continua a ser a espingarda, mas os valores tornam-se desiguais. Enquanto para um agricultor a espingarda é um artigo caro, difícil de obter, para um trabalhador recém-chegado do contrato esta adquire-se facilmente. Tal diferença de poder aquisitivo dá origem a um profundo desequilíbrio do sistema ... (51).

Em ambos os casos, quer se refira aos Tsonga, quer se refira aos Macondes, Jorge Dias ignora, pelo menos no conjunto de textos a que nos temos vindo a cingir, o envolvimento directo da administração colonial portuguesa no processo da mudança. O autor, em momento algum, é levado a interrogar-se sobre as razões pelas quais Tsongas e Macondes foram induzidos a aceitar tão "facilmente" as imposições decorrentes da monetarização da sua economia, ou, ainda - e sobretudo no que respeita à migração laboral Tsonga - a procurar integrar o enquadramento legislativo colonial que a proporcionou. Tudo se passaria como se a mudança, progressivamente instalada no seio dessas comunidades, fosse desencadeada por factores duplamente exógenos, i. e., exteriores não só à própria sociedade - até aí perfeitamente acomodada num equilíbrio endémico - como também exterior aos limites da administração colonial.

3. Conclusão

Conquanto tivéssemos apresentado o ciclo de obras "ultramarinas" de Jorge Dias como compreendendo três conjuntos, deveremos, para uma compreensão global da sua produção, entendê-los como parte integrante de *Os Macondes de Moçambique*, quer se trate dos Relatórios da *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, quer se trate dos textos de análise sócio-económica, a que nos temos reportado.

Nos seus estudos monográficos Jorge Dias apresenta as sociedades como íntegras na sua coerência interior, sem a intervenção de componentes exteriores e em que a mudança, mesmo que referida, não é considerada em si mesma como objecto privilegiado da análise. Mas se julgada no seu conjunto a obra deste autor no domínio colonial situa-se numa posição ímpar para todo o contexto da produção científica colonial, ou seja, ousou não "contornar o facto colonial" (52), se bem que o tivesse feito apenas ao abrigo da confidencialidade reservada dos relatórios das campanhas da *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, ignorando ostensivamente, nos textos de divulgação científica, as consequências da acção da administração colonial portuguesa.

A actual antropologia portuguesa tem uma enorme dívida para com a obra de Jorge Dias, embora esse reconhecimento se tenha processado em referência à sua pesquisa sobre as comunidades rurais portuguesas e subsista, ainda, alguma relutância em debater a sua investigação no contexto colonial. Tal debate, nos termos em que se tem realizado - ou que se venha a realizar - incorre facilmente em dois tipos de erro, opostos mas, em boa verdade, complementares: de um lado, a reabilitação cega; do outro, o julgamento sumário. Seja como for, estamos certos, com Pierre Bourdieu (53), que a restituição do passado de uma disciplina científica é sempre o resultado de uma disputa no presente e, como tal, as estratégias de reabilitação ou condenação são, necessariamente, estratégias de especulação simbólica.

NOTAS

(1) - O trecho transcrito corresponde à intervenção de Marcelo Caetano no debate que se seguiu à comunicação de Orlando Ribeiro. Ver Orlando Ribeiro, *Problemas de Investigação Científica Colonial*, 1950, p. 17.

(2) - Georges Balandier, *Sociologie Actuelle de l'Afrique de l'Afrique Noire*, Paris, 1971, p. 34-35, (1ª edição, 1955).

(3) - M. Duchet, *Le Partage des Savoirs. Discours historique, discours ethnologique*, Paris, 1985, p. 224-225.

(4) - Claude Lévi-Strauss, "The Scope of Anthropology", in *Current Anthropology*, vol. VII, (2), Chicago, 1966, p. 121.

(5) - Ver Bronislaw Malinowski, *Les Dynamiques de l'évolution Culturelle, Recherche sur les Relations Raciales en Afrique*, Paris, 1970, (1ª edição, Londres, 1961).

(6) - Ver Rui Pereira, "A Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa do Estado Novo", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (4-5), Lisboa, 1986, p. 191-235.

(7) - José Soares Martins e Eduardo da Conceição Medeiros, "A História de Moçambique antes de 1980", apontamentos bibliográficos sobre os resultados de investigação entre 1960 e 1980", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (1), Lisboa, 1984, p. 210.

(8) - Ver Rui Pereira, "O Desenvolvimento da Ciência Antropológica na Empresa Colonial do Estado Novo", in *Actas do Colóquio sobre o Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, 2ª vol., Lisboa, 1987.

- (9) - Citado em Joaquim R. dos Santos Júnior, *Antropologia de Moçambique*, Porto, 1956, p. 6.
- (10) - Para uma listagem completa das obras publicadas no âmbito das Missões Antropológicas de Moçambique, ver Santos Júnior, *Antropologia de Moçambique*, cit., p. 23-31.
- (11) - No seguimento do texto poderá ser evocado pela sigla C.E.E.P.
- (12) - "Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária". Os mais completos dados biográficos sobre a vida e obra de Jorge Dias podem ser encontrados em: Ernesto Veiga de Oliveira, *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Lisboa, 1968; João Basto Lupi, *A Concepção de Etnologia em António Jorge Dias*, Braga, 1984.
- (13) - Cf. Ernesto Veiga de Oliveira, *Vinte Anos...*, cit., p. 12.
- (14) - Ernesto Veiga de Oliveira, *Vinte Anos ...*, cit., p. 19.
- (15) - Ernesto Veiga de Oliveira, "Professor Jorge Dias", in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, Coimbra, 1976, p. 798.
- (16) - João Basto Lupi, *A Concepção da...*, cit., p. 41 (nº 47).
- (17) - Jorge Dias permaneceria na Faculdade de Letras de Lisboa até 1969.
- (18) - Depois *Instituto Superior de Ciências Políticas e Ultramarinas de Lisboa* (ISCPUL), hoje *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas* (ISCSP).
- (19) - Ernesto Veiga de Oliveira, "Professor Jorge Dias", op. cit., p. 4.
- (20) - Cf. "Relatório das actividades dos organismos dependentes da Junta de Investigações do Ultramar", in *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, vol. XIII, tomo I, Lisboa, 1958, p. 61-77.
- (21) - Em "A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz da Moderna Antropologia" (in *Boletim da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, 1957, p. 62), Jorge Dias deixa bem claro o que pensa de certos estudos desenvolvidos no âmbito da antropologia física: "*as diferenças raciais são simplesmente variações na frequência de alguns genes e nada mais. Os estudos da moderna genética mostram o que há de absurdo em querer atribuir às raças características de outra natureza que não sejam as meramente físicas*".

(22) - No seguimento do texto utilizaremos a sigla M.E.M.E.U.P., ou a forma abreviada Missão, sempre que nos queiramos referir à *Missão de Estudos das Minorias étnicas do Ultramar Português*.

(23) - Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique. Aspectos Históricos e Económicos*, vol. I, Lisboa, 1964, 180 p.; Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique, Cultura Material*, vol. II, Lisboa, 1964, 192 p.; Jorge Dias e Margot Dias, *Os Macondes de Moçambique, Vida Social e Ritual*, vol. III, Lisboa, 1970, 445 p.; Manuel Viegas Guerreiro, *Os Macondes de Moçambique. Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos*, vol. IV, Lisboa, 1966, 351 p.

(24) - Rui Pereira, "A Antropologia Aplicada ...", op. cit., p. 220-221.

(25) - Jorge Dias, *Relatório da Campanha de 1956, Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, Lisboa, 1957; Jorge Dias e Manuel Viegas Guerreiro, *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, Lisboa, 1958; Jorge Dias e Manuel Viegas Guerreiro, *Relatório da Campanha de 1958 (Moçambique e Angola), Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, Lisboa, 1959; Jorge Dias, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias, *Relatório da Campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul-Africana). Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, Lisboa, 1960; Jorge Dias, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias, *Relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola), Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, Lisboa, 1961.

(26) - Jorge Dias, "A Expansão Ultramarina Portuguesa à luz da Moderna Antropologia", in *Boletim da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, 1957.

(27) - Jorge Dias, "Contactos de Cultura", in *Colóquio de Política Ultramarina Internacionalmente Relevante*, Lisboa, 1958.

(28) - Jorge Dias, "Convívio entre Pretos e Brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas", in *Estudos Ultramarinos*, (3), Lisboa, 1960.

(29) - Jorge Dias, "Conflitos de Cultura", in *Colóquios sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*, Lisboa, 1961.

(30) - Jorge Dias, "Estruturas Socio-Económicas em Moçambique", in *Moçambique - Curso de Extensão Universitária*, Lisboa, 1965.

(31) - Jorge Dias, "Contribuição para o Estudo da Questão Racial e da Miscigenação", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, (série nº 83), Lisboa, 1965.

- (32) - Jorge Dias, "Mudança de Cultura entre os Macondes de Moçambique", in *Universitas*, (6-7), Salvador, 1970.
- (33) - Jorge Dias, "Migrações dos Povos e seus Reflexos Culturais", in *Problemas do Espaço Português*, Lisboa, 1972.
- (34) - Jorge Dias, Rio de Onor. *Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953, p. 35.
- (35) - Jorge Dias, Rio de Onor ..., ibidem.
- (36) - Jorge Dias, *Os Macondes de moçambique*, vol. I, cit., p. 7-11.
- (37) - Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*, vol. I, cit., p. 11.
- (38) - Jorge Dias, "Convívio entre Pretos e Brancos ...", op. cit., p. 24.
- (39) - Jorge Dias, "A Expansão Ultramarina Portuguesa à Luz ...", op. cit., p. 66-67.
- (40) - Jorge Dias, "Convívio entre Pretos e Brancos ...", op. cit., p. 22.
- (41) - Jorge Dias, "Convívio entre Pretos e Brancos ...", ibidem.
- (42) - Jorge Dias, "Convívio entre Pretos e Brancos ..." op. cit., p. 24.
- (43) - Jorge Dias, "Migrações dos Povos e ...", op. cit., p. 258.
- (44) - Jorge Dias, "Contactos de Cultura", op. cit., p. 58.
- (45) - Jorge Dias, "Contactos de Cultura", ibidem.
- (46) - Jorge Dias, "Conflitos de cultura", op. cit., p. 109.
- (47) - "Mas porque razão não foi o Moçambicano e, por extensão o Africano, capaz de desenvolver uma agricultura mais progressiva e mais bem adaptada ao ambiente? A que se deverá atribuir o seu atraso, quando comparado com os povos orientais e ocidentais? De facto, ele não inventou a roda, nem o arado, nem a escrita, nem o torno do oleiro, enfim, nenhum desses múltiplos objectos que fazem parte do património da maior parte dos povos europeus e asiáticos". Jorge Dias, "Estruturas Sócio-Económicas ...", op. cit., p. 11.
- (48) - Jorge Dias, "Estruturas Sócio-Económicas ...", op. cit. p. 13.
- (49) - Jorge Dias, "Estruturas Sócio-Económicas ...", op. cit., p. 19.

(50) - Jorge Dias, "Estruturas Sócio-Económicas ...", op. cit., p. 20.

(51) - Jorge Dias, "Estruturas Sócio-Económicas ...", op. cit., p. 20-21.

(52) - Catherine Coquery Vidrovitch e Henri Moniot, *L'Afrique Noire de 1800 à nous jours*, Paris, 1974, p. 345.

(53) - Ver Pierre Bourdieu, "Les conditions sociales de la production sociologique: sociologie coloniale et décolonisation de la sociologie", in *Le Mal de Voir*, *Cahiers Jussieu*, 2, Paris, 1976, p. 419.